

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Carlos Maia

**A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL NA ESCOLA: CONHECENDO
E VALORIZANDO NOSSAS ORIGENS AFRICANAS.**

Belo Horizonte

2012

Carlos Maia

**A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL NA ESCOLA: CONHECENDO
E VALORIZANDO NOSSAS ORIGENS AFRICANAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Elânia de Oliveira

Belo Horizonte

2012

Carlos Maia

**A DIVERSIDADE ÉTNICO-CULTURAL NA ESCOLA: CONHECENDO
E VALORIZANDO NOSSAS ORIGENS AFRICANAS.**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais, pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Elânia de Oliveira

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Elânia de Oliveira – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Faculdade de Educação da UFMG

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar e refletir criticamente sobre as relações entre os sujeitos envolvidos no processo de educação e sobre os comportamentos e as relações humanas com foco na diversidade cultural e étnico-racial, questões tão presentes no ambiente escolar. Busca, também, dar visibilidade à Lei 10639/03, que tem como um de seus objetivos a valorização e o conhecimento da História da África e a contribuição dos povos africanos para a formação e constituição do Povo Brasileiro. Trata-se de um relato reflexivo do Plano de Ação desenvolvido na EMPMW, nos meses de outubro a dezembro de 2011, durante as aulas de História, com alunos da 2ª etapa do 3º ciclo de formação do Ensino Fundamental.

Palavras-chave: Diversidade; Lei 10.639/03; Ensino de História.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	6
2. INTRODUÇÃO	8
3. JUSTIFICATIVA	17
4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR.....	22
4.1 Público alvo	23
5. OBJETIVOS	24
5.1 Objetivo geral	24
5.2 Objetivos específicos	24
6. METODOLOGIA	25
7. DESENVOLVIMENTO	27
7.1 Etapas do projeto	28
7.2 O que revelam as respostas dos alunos.....	32
8. AVALIAÇÃO	37
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

1. APRESENTAÇÃO

Uma das formas de inibir, de mascarar a realidade e limitar o exercício da liberdade humana e da cidadania é a “naturalização” de uma cultura única ou a cristalização e generalização de alguns saberes e ideologias tomadas também como únicas e verdadeiras. Assim, distinguir, nos estudos dos conteúdos veiculados pela escola, um espaço de valorização da diversidade presente nas relações humanas, a valorização do espaço escolar enquanto um lugar do encontro dos mais variados saberes, num processo de construção coletiva é algo essencial, diante de uma proposta educacional que pretende formar cidadãos conscientes tendo em vista uma sociedade mais justa e igualitária.

O presente trabalho trata de um relato reflexivo do Plano de Ação desenvolvido na EMPMW, nos meses de outubro a dezembro de 2011, com o objetivo de analisar no ambiente escolar como acontecem as relações entre os sujeitos envolvidos no processo de educação e ensino-aprendizagem, com foco na diversidade cultural e étnico-racial, na sua valorização ou nas atitudes que revelam racismo, preconceito e discriminação por razões étnicas e diferenças fenotípicas. O que foi produzido aqui atende às exigências do curso de especialização "Lato-Sensu" em Educação Básica/Relações Étnico-Raciais, LASEB/UFMG. Ao longo deste trabalho busco traçar um paralelo, uma relação entre minha prática pedagógica com os conhecimentos adquiridos ao longo do curso de especialização já citado. Portanto, este trabalho de reflexão é também resultado das discussões suscitadas ao longo das diversas disciplinas do curso Educação e Relações Étnico-Raciais, LASEB/UFMG, e é uma consequência do Plano de Ação desenvolvido junto aos alunos do 3º ciclo do Ensino Fundamental, turma 825, da EMPMW, onde atuo como professor de História no 1º turno.

Além de analisar a questão da diversidade cultural e étnico-racial e suas implicações, o presente trabalho teve também como objetivo dar visibilidade, no ambiente escolar, à Lei 10639/03, às nossas origens africanas, nossas africanidades, buscando estratégias que possibilitem um estudo mais sistemático da História da África e de sua diversidade cultural e sua contribuição para a formação do povo brasileiro, da cultura brasileira. Dessa forma, busca-se um rompimento com o silêncio que imperou durante tantos anos e a construção de um novo olhar, mais crítico e livre de ideias estereotipadas, para as questões étnico-raciais, sobre a diversidade cultural tão presente em nosso cotidiano e sobre a situação do negro no Brasil hoje. A proposta é contribuir, ainda, para a percepção de situações de mudanças e permanências que interferem na construção da identidade dos sujeitos envolvidos na

construção da própria história pessoal e da história coletiva. Um trabalho, portanto, de autoconhecimento e de reconhecimento e respeito ao outro, às diferenças!

2. INTRODUÇÃO

Durante minha trajetória profissional, sempre procurei adotar uma prática mais de acordo com a realidade dos alunos, do meu ambiente de trabalho. No ensino de História procurei privilegiar sempre uma visão mais crítica, mais dinâmica da História. A ideia de autonomia sempre foi uma tônica na minha prática pedagógica, valorizando a importância do diálogo, da pesquisa em diversas fontes, mostrando o quanto somos responsáveis pelo nosso agir, pela nossa indiferença, pela palavra e pelo silêncio... Refletindo sobre minha prática à luz dos conhecimentos adquiridos no curso de especialização e à luz da Lei 10.639/03, somente agora é que percebo o quanto deixei muito de lado, por despreparo, a História da África, sua heterogeneidade cultural, nossas origens africanas, nossas africanidades; o quanto contribuí para o silenciamento de tantos problemas que têm o seu nascedouro nas questões étnico-raciais; o quanto deixei de lado situações de racismo, velado ou explícito, de discriminação e de preconceito. Não que eu considerasse tais situações como normais. Pelo contrário, sempre fui radicalmente contra tais situações e sempre as combati, enquanto um cidadão consciente, professor e formador de opinião. Mas em muitas situações me sentia despreparado ou não tinha a real noção da gravidade do problema, sendo eu também uma vítima do Mito da Democracia Racial!

Toda essa reflexão me leva, neste momento, a duas realidades distintas que se complementam: da avaliação de minha trajetória profissional, de vida e de vida acadêmica e da condução e realização de meus projetos futuros: retrospectiva e perspectiva, portanto. Agora buscando, de forma consciente, uma prática pedagógica mais atenta também à urgência e à necessidade de conhecer e resgatar uma África sempre tão presente em cada um de nós e que por tanto tempo foi deixada de lado, no silêncio da nossa história e na invisibilidade do nosso cotidiano: a África, os africanos e seus descendentes e nossa diversidade cultural, nossas africanidades.

Conhecer e valorizar a África, seus aspectos culturais, sua heterogeneidade e diversidade, significa resgatar, de acordo com um processo contínuo e num exercício consciente de posituação da identidade, a auto-estima, a alteridade do africano e de seus descendentes no Brasil, relegada às condições inferiores e subalternas nos mais diversas situações na sociedade. Sendo o ambiente escolar um reflexo da sociedade e o lugar da diversidade, a do afrodescendente, sua alteridade e suas heranças culturais, também não foram e não são ainda, em muitos aspectos, respeitadas. Pouca ênfase se dá à África e seus descendentes; muitas atitudes de racismo e de preconceito são consideradas “normais” como

se fizessem parte do dia a dia de todos, como se fossem brincadeiras ingênuas ou sem a menor maldade ou intenção de ofender.

A escola deve assumir, de forma urgente, seu papel de educar e formar uma sociedade onde a discriminação seja superada a partir da valorização da diversidade étnico-racial, de sua importância e riqueza social.

Hoje, no espaço escolar, na sociedade de modo geral, não percebemos muita facilidade ou desenvoltura para tratar sobre os problemas advindos das relações humanas e o que mais chama a atenção é quando esses entraves ocorrem devido a um desrespeito às diferenças e à diversidade cultural.

É necessário, portanto, uma análise, um estudo mais cuidadoso sobre como as relações humanas se desenvolvem no ambiente escolar levando-se em conta, principalmente, a questão racial, numa tentativa de perceber, elucidar e desnudar situações preconceituosas e de discriminação, de racismo, escondidas, muitas vezes, por uma ideologia que mostra que tais comportamentos não existem ou que há uma verdadeira cordialidade e respeito às diferenças no ambiente escolar, no ambiente público: igualdade de direitos, acesso e permanência de todos na escola, formação para a cidadania, promoção humana e respeito à diversidade! Elucidar e desnudar para combater com o conhecimento: conhecer para transformar, para criar uma nova cultura, sem preconceitos, sem racismo e sem discriminação; uma cultura livre dos mitos e ideologias que reforçam a existência de uma relação cordial entre todos independente da cor da pele ou dos traços fenotípicos.

Percebemos que na prática cotidiana a realidade das relações entre as pessoas não é tão harmoniosa, tão respeitosa no que diz respeito às diferenças étnicas ou fenotípicas... Há muito preconceito e discriminação gerando uma violência (física e psicológica) que agride a condição humana intimamente: na sua identidade cultural, levando homens, mulheres e crianças a negarem suas origens ou a assumirem outros valores culturais para serem aceitos numa determinada sociedade ou ambiente.

O presente trabalho é, portanto, uma reflexão, uma pesquisa que pretende uma Ação, um esforço para a conscientização que possibilite uma luta contra estruturas culturais opressoras e desumanizantes que, por serem encaradas como naturais ao longo de nossa história, impedem uma visão mais nítida e crítica da realidade e alteram a consciência coletiva, proporcionando uma situação de silenciamento diante de situações perversas e constrangedoras; situações de miséria, de baixa escolaridade, de baixos salários, de subalternidade justificadas ou reforçadas, muitas vezes, por uma questão de pele. Como se a cor da pele fosse um quesito de predeterminação da posição social. Pretendo, pois, explicitar

melhor, com este estudo teórico-prático este fenômeno social e histórico do racismo, do preconceito e da discriminação presentes no ambiente escolar onde atuo como professor de história.

A questão étnico-racial na escola onde atuo, EMPMW, passou a ficar mais evidente para mim, a partir do momento em que comecei a refletir sobre minha prática pedagógica à luz da Lei 10639/03. Comecei a perceber como eu, professor de História, na minha relação com os alunos, na minha forma de trabalhar e passar os conteúdos propostos, na minha relação com os meus colegas de trabalho, estava alheio aos problemas e comportamentos racistas e de discriminação que existiam na escola e que passavam despercebidos ou que eram vistos por mim como "natural", como uma "simples" brincadeira... Através do curso de especialização, passei a adquirir outra visão sobre o problema: mais crítica, atenta, fundamentada nos conhecimentos e nas informações, mais consciente das consequências de tais brincadeiras e comportamentos racistas e preconceituosos. Passei a comentar com meus alunos sobre tais questões, sobre as aulas que estava tendo na Universidade, e do meu interesse de desenvolver um Plano de Ação com o objetivo de discutir as relações étnico-raciais, as situações de racismo, discriminação e preconceito. Passei a conversar sobre tais situações também com os meus colegas de trabalho, e passamos a identificar muito mais do que simples brincadeiras ou piadas; passamos a compreender melhor o quanto é pernicioso para a estima daquele que é alvo da discriminação e do racismo, o quanto essas brincadeiras e comportamentos racistas e preconceituosos interferem no relacionamento entre as pessoas, alunos e professores; o quanto pode interferir no rendimento, na disciplina e no futuro profissional de cada um que discrimina e que é discriminado. A evidência ou confirmação de que na EMPMW havia comportamentos e brincadeiras racistas (que até então não era objeto de preocupação pessoal porque eu não percebia seus verdadeiros impactos pedagógicos e sociais por desconhecimento de suas graves consequências ou até por uma acomodação social por também considerar como "normais" tais comportamentos e brincadeiras), passou a ser alvo de uma reflexão pessoal que fui compartilhando com meus alunos e colegas de trabalho. Procurei conhecer a Lei 10639/03 e a refletir sobre sua importância e impactos em nossa prática pedagógica. Eis o que nos diz a Lei 10639/03:

Altera a Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e cultura Afro-Brasileira." E dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - A Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§3º (Vetado)

Art. 79-A (Vetado)

Art. 79-B: O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como o “Dia Nacional da Consciência Negra”.

Art.2º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 09 de janeiro de 2003, 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Cristóvam Ricardo Cavalcanti Buarque (In: Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. P.35, 2004).

A partir desse momento de reflexão, passei a observar melhor a realidade escolar da qual faço parte. Fui constatando que o meu desconhecimento, ou a minha forma de ignorar um problema de raízes tão profundas e antigas, contribuía para continuar encobrendo situações de racismo, discriminação e preconceito. Estas deviam ser combatidas e que uma das formas seria a busca do conhecimento, de informação e de uma mudança de postura que me levasse a uma nova didática, que me possibilitasse enfrentar o desafio de buscar uma nova realidade, uma nova visão sobre a diversidade cultural tão presente no ambiente escolar. Diversidade que deve ser valorizada e respeitada. Um desafio que deveria ser enfrentado não apenas por mim, mas por todos que desejamos uma sociedade justa e igualitária. Conversando com meus colegas de trabalho, percebi também que todos tinham consciência da Lei 10639/03, que já tinham ouvido falar, mas que sabiam muito pouco sobre o texto da Lei. Muito pouco ou quase nada mesmo! Isso me fez enxergar a urgência um trabalho de divulgação e de conscientização do nosso dever de conhecer a Lei 10639/03 e de criar estratégias para o seu cumprimento. Como professor de História fui percebendo o quanto, durante tanto tempo, deixei de dar a

devida atenção à questão da diversidade, de problemas de racismo, de discriminação e de preconceito tão presentes no meu ambiente de trabalho. Um desconhecimento que contribuiu para a "naturalização" de situações de desvalorização das nossas origens ou da dificuldade de tratar da História do Continente Africano, das nossas africanidades, da História dos afrodescendentes ou abordá-los de maneira superficial; pude perceber também a necessidade premente de propor ações para que haja uma verdadeira valorização da diversidade e das contribuições africanas. Somente através do estudo sistemático de nossas origens, através de uma reflexão crítica e da incorporação desse estudo no cotidiano escolar, no currículo escolar é que poderemos combater de forma eficaz as situações de racismo, de preconceito e discriminação. Trata-se de problemas sentidos na pele e na história, mas nem sempre admitidos abertamente, graças ao desconhecimento e à existência do Mito da Democracia Racial que habita o imaginário coletivo de nossa sociedade e cumpre o papel de esconder ou justificar a falta de igualdade de oportunidade para todos, independente das características fenotípicas, sociais e culturais:

Aquí no Brasil só não vence quem não quer, é a fala comum daqueles que ainda acreditam no mito da democracia racial. Por que considero um mito? Porque não existe; é irreal a igualdade das raças no Brasil. No entanto essa é a ideia oficial vendida para o exterior. Mito é uma fala, um discurso que busca aliviar uma tensão entre o real e o imaginário. O objetivo do mito da democracia racial é esconder os conflitos raciais existentes e diminuir sua importância, passando uma ideia mais "bonitinha" para a sociedade. (VALENTE, 1990)

A Educação das Relações étnico-raciais é um direito a ser buscado a todo custo para que o conhecimento e o respeito pelas nossas origens se tornem realidade e uma possibilidade de combate ao racismo, ao preconceito e à discriminação. Para melhor conhecer nossas origens, a constituição do nosso Brasil, não podemos fechar os olhos para a necessidade de um novo olhar para o Continente africano, para sua História e herança no que diz respeito à formação do povo brasileiro. Se não fosse o Continente africano o nosso Brasil não existiria tal qual ele é hoje! A África, sua história, suas contribuições e os afrodescendentes não podem continuar na invisibilidade como tem sido durante anos, como eu mesmo deixei de lado em minhas aulas colocando e mostrando a África apenas como objeto de estudo; muitas foram as vezes em que minhas abordagens sobre o Continente Africano aconteceu tão somente quando trabalhava como meus alunos a questão escravista no Brasil, de um ou outro movimento de luta e de resistência, não dando, dessa forma, relevância a tantos outros aspectos que poderiam e que deveriam ser conhecidos, estudados e valorizados. Não refletindo sobre a África, sobre seus aspectos culturais de forma a contribuir para um processo de posituação da

identidade do negro no Brasil de hoje, não mostrando a África e a sua condição de Sujeito, de um Continente diverso, de diversas culturas, de heterogêneas formas de viver e ver o mundo, a África e os afrodescendentes e toda sua diversidade cultural tão presente em nosso cotidiano, em nossa língua, culinária, crenças e ritmos ficou relegada a uma condição de inferioridade... É uma questão de justiça e de cidadania compensar e reparar todos esses anos de desrespeito e dos mais diversos tipos de violência e subalternidade nas relações humanas, na escola, no mundo do trabalho e na sociedade nos seus mais diversos setores.

Hoje, a partir de novos conhecimentos adquiridos no curso de pós-graduação Educação e Relações Étnico-Raciais, LASEB/UFMG, eu tenho consciência do quanto eu poderia ter feito no sentido de dar visibilidade e mostrar a África e seus descendentes na sua condição de sujeito. No entanto, percebo também que minha visão reduzida e fragmentada da África e de seus valores é fruto da minha formação escolar quando muito pouco ou quase nada estudei ou ouvi falar da África enquanto Sujeito de sua própria História, de seus aspectos positivos ou de sua heterogeneidade cultural, de suas riquezas e daí a minha dificuldade e certo despreparo; conversando com muitos colegas de trabalho, outros professores de História, vejo que sou apenas mais um no meio de tantos que sentem a mesma dificuldade de trabalhar a História da África de forma sistematizada. E como consequência desse meu despreparo ou mesmo do meu desconhecimento, a África não teve a atenção que lhe é devida, sendo vista e "estudada" de forma esporádica, fragmentada e, muitas vezes, de forma distorcida, estereotipada, folclorizada: a África, os africanos e seus descendentes... Posso fazer tal afirmação apenas a partir da análise e reflexão sobre meu trabalho e sobre o meu ambiente de trabalho, ou seja, da realidade da EMPMW, no primeiro turno. Admito que nunca fiz uma abordagem como realmente deveria. Sempre tratei do assunto de forma esporádica e fragmentada, como já disse, por um despreparo e desconhecimento. No entanto, justiça seja feita, tenho notícias de que algum trabalho foi e tem sido feito no segundo turno da EMPMW. Não tenho condições de dizer nada mais, além disso, porque o meu contato com tais iniciativas praticamente não existiu; ouvi dizer, mas não vi nada registrado nos espaços da escola (cartazes, murais, gravuras, pinturas, etc.). A verdade é que quando se fala na África, e na EMPMW não tem sido diferente, de sua História, de sua Cultura, percebo que há generalização: como se todos os negros fossem iguais, como se todos que vieram para o Brasil, na época da escravidão, fossem da mesma região, com as mesmas crenças, ritmos e idiomas. Percebo também que há uma associação da África e de seus descendentes aos aspectos mais negativos, de violência, fome e doenças... A África e sua cultura acabam se tornando sinônimo de folclore, de danças, de capoeira; percebo que é quase natural uma

associação da África à escravidão negra no Brasil. Falamos da África muito esporadicamente durante apresentações de “rodas de capoeira”, ou por força de ações impostas pelo calendário: 13 de Maio, dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, de Zumbi dos Palmares... Coloca-se um cartaz no pátio da escola por alguns dias, e só. Hoje eu vejo que tais ações não contribuem para modificar de forma substancial as relações para que elas aconteçam de maneira mais respeitosa e mais igualitária entre as pessoas independente da cor da pele. Tais ações não revelam a África, quem são os africanos, quem são e como vivem os afrodescendentes em nossa escola, em nossa cidade e em nosso Brasil.

A África mostrada como um todo homogêneo é uma ideia que vem se cristalizando ao longo dos anos e passou a fazer parte do imaginário coletivo de muitos povos; não ficamos livres dessa ideologia... Ideias cristalizadas significam um empecilho para que a História da África possa ser conhecida, estudada, investigada livre de preconceitos ou de forma fragmentada. Romper com esta realidade não tem sido uma tarefa fácil para mim e acredito que muitos professores da Educação Básica enfrentam também o mesmo desafio:

No Brasil, a educação, de modo geral, e a formação de professores, em específico - salvo honrosas exceções-, são permeadas por uma grande desinformação sobre nossa herança africana e sobre as realizações do negro brasileiro da atualidade.

Ainda quando se fala em África na escola e até mesmo no campo da pesquisa acadêmica, reporta-se mais ao escravismo e ao processo de escravidão. Passemos em revista a forma como aprendemos a ver a África e os escravizados em nossa trajetória escolar. Somos ainda a geração adulta que, durante a infância, teve contato com imagens do africano e seus descendentes no Brasil mediante as representações dos pintores Jean-Baptiste Debret e Johann Moritz Rugendas sobre o Brasil do século XIX e seus costumes. Africanos e escravizados recebendo castigos, crianças negras brincando aos pés dos senhores e senhoras, os instrumentos de tortura, o pelourinho, o navio negreiro, os escravos de ganho e algumas danças típicas são imagens mais comuns que povoam a nossa mente e ajudam a forjar o imaginário sobre nossa ancestralidade negra africana. Essas imagens estavam presentes nos livros didáticos, sobretudo nos de História. E os livros de Geografia, Matemática, Português? Que imagens de negro veiculavam? Ou melhor: será que o negro aparecia nesses manuais didáticos? Como?

Com que imagens sobre a África e sobre os negros brasileiros a geração brasileira, hoje adulta e que passou pela escola básica, foi formada? Certamente pela visão do "outro", do branco, do europeu. A África e os negros brasileiros vistos de forma cristalizada, estereotipada e, muitas vezes, animalizada. (GOMES, 2008).

O Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo (ficando atrás apenas da Nigéria) e, no entanto, o fenômeno social do silenciamento sobre as questões culturais africanas é ainda um entrave, uma triste realidade, na medida em que a África e seus descendentes, a África e as Africanidades brasileiras são colocadas numa condição de subalternidade, consequência de um processo de negação da própria historicidade do Continente africano, de sua cultura diversa e de seus descendentes

O presente trabalho pretende, portanto, ser um esforço de mudança para que a diversidade cultural e étnica tão marcante no ambiente escolar possa fazer parte do currículo trabalhado na escola, para que seja realmente valorizada e respeitada. E, para tanto, é necessário uma proposta mais sistemática de estudo desses valores, dessa diversidade étnica e cultural, uma proposta mais consciente, consistente, continuada, livre de ideias estereotipadas, cristalizadas, graças ao Mito da Democracia Racial tão presente no cotidiano do povo brasileiro. É premente a busca de uma nova visão, de um novo olhar sobre os problemas que existem e que insistem nas relações humanas, no ambiente escolar, e na escola onde atuo; é uma questão de justiça e de reparação esse trabalho de conscientização, tendo em vista a busca de uma visão mais crítica dessa realidade de silenciamento até então considerada normal ou ignorada por uma cultura hegemônica branca. Situações de racismo e preconceito legitimadas por opiniões e ideologias que devemos condenar, porque são distorcidas e fragmentadas com relação à História da África e de suas (nossas) heranças culturais; ideologias que contribuem para naturalizar situações de subalternização da cultura negra bem como a divulgação de uma hierarquização cultural, de povos e sociedades. Sabemos que esse tipo de hierarquização cultural é enganosa, tendenciosa e perniciosa: Não existe cultura melhor ou pior; ser diferente não pode jamais significar ser inferior ou superior... No entanto, historicamente, em nome de uma suposta superioridade racial muitas atrocidades e crimes foram cometidos. Muitas situações desumanas e desumanizantes em nome de uma suposta superioridade branca e eurocêntrica...

O eurocentrismo, amplamente divulgado e estudado por muitos de nós desde a pré-escola, negou e nega o protagonismo do Continente africano na História da humanidade. De acordo com a intelectualidade eurocêntrica a idéia de civilização verdadeira é aquela associada à escrita, aos grandes feitos monumentais, a uma presença de organização política. Essa visão racionalista dividiu a África em duas partes distintas: Uma África egípcia e núbica (mais em conformidade com a noção de cultura verdadeira da Europa) e uma “outra África”, subsaariana: espaço natural, subalterno, primitivo, sem história...

Essa visão eurocêntrica da cultura, a Europa se colocando no centro das atenções (por razões políticas e econômicas), do saber é também, hoje, uma ideia cristalizada em muitas pessoas de diversos grupos sociais. Considerar como universal o saber e a cultura européia é da mesma forma um entrave que impede a visão de realidades coexistentes. A História não pode ser pensada a partir de uma visão única; faz-se necessário romper com esses entraves epistemológicos que elevam um continente em detrimento de outros. Somente rompendo com esses entraves deixaremos de negar à África sua condição de Sujeito da própria História. É

necessário e urgente mostrar a África e toda a sua diversidade cultural, seus diversos povos, suas crenças, seus diversos ritmos e idiomas e suas africanidades, uma vez que essa visão eurocêntrica ainda impera nos currículos e na cultura escolar de um modo geral e de modo específico no ambiente escolar no qual atuo e do qual faço parte.

Pensando, estudando e respeitando essa diversidade e riqueza, podemos encontrar e perseguir novos caminhos para que as relações sejam verdadeiramente harmoniosas e mais justas, onde todos possam disputar de maneira igual às oportunidades para uma vida mais digna, onde a origem, o traço fenotípico não seja um fator de inferiorização do outro.

Acredito que, ao propor ações que objetivam romper com ideias cristalizadas e estereotipadas acerca da cultura africana negra e de seus descendentes, estaremos nos colocando a caminho de um novo rumo, em direção ao conhecimento, ao respeito e à valorização da nossa própria História e Diversidade. Essa mudança de postura é necessária e não pode ser mais adiada, sendo o ponto de partida para o conhecimento e re-conhecimento do nosso Brasil, do nosso povo, de nossas lutas, do que somos, o que somos e porque somos assim. É necessário voltar às nossas origens para compreendermos nossos sentimentos, para saber e saborear nossos gostos e ritmos, nossas crenças e nossa possibilidade de construir uma história onde a opressão, o preconceito, o racismo e a discriminação seja apenas um passado a ser lembrado, estudado para não ser mais repetido em nossa sociedade brasileira. E tais problemas diminuirão na medida em que a sociedade se democratizar, se tornar menos excludente. A partir de uma democratização do conhecimento, dos espaços de socialização, do acesso e permanência na escola, de uma escola que garanta a qualidade e que respeite em sua organização curricular as diferenças étnicas, valorizando a identidade de todos e de cada um possibilitando o sucesso escolar da população negra em todos os níveis acadêmicos, com professores preparados e comprometidos com uma educação capaz de corrigir posturas, atitudes e ideias que ainda favorecem o desrespeito e a discriminação.

3. JUSTIFICATIVA

O desconhecimento, ou conhecimento fragmentado, caricaturado do Continente Africano é um fato nos currículos de muitas escolas. Também na escola onde atuo como professor de História, EMPMW, e ao longo de minha trajetória profissional no magistério, a África e suas contribuições culturais, a África como Sujeito, pouco apareceu ou apareceu apenas em determinados momentos, de maneira pontual, como mediadora cultural. Tal fato está muito relacionado à visão reducionista do branco, do europeu: visão que negava, e ainda nega, aspectos fundamentais da historicidade do Continente Africano, de sua diversidade cultural e de suas heranças, gerando estereótipos; estereótipos que ferem, que marcam o negro e sua origem de forma negativa, dificultando sua aceitação na sociedade: o negro passa a negar sua própria identidade para ser "aceito" na sociedade branca, passa a negar sua identidade como possibilidade de ascensão social...

Falamos da África quando tratamos da escravidão negra no Brasil; falamos da África esporadicamente durante apresentações de “rodas de capoeira”, ou por força de ações isoladas impostas pelo calendário: 13 de Maio, 20 de Novembro e achamos que já está de bom tamanho, que é suficiente... Muitas vezes, o que é ainda pior, constatamos que quando se fala da África e da nossa população negra, percebemos quase sempre uma associação, nada ingênua, à pobreza, à violência, doenças, guerras e preconceitos. Considero essa realidade um desafio a ser enfrentado um problema a ser solucionado através da busca do conhecimento e da valorização da nossa diversidade cultural que não pode continuar escondida por trás de piadinhas e/ou brincadeiras depreciativas com relação ao negro e suas origens, inferiorizando dessa forma a identidade negra na nossa história bem como diminuindo sua importância para formação e constituição do povo brasileiro. No espaço escolar, onde a ênfase dada à História e Cultura negra torna-se rara, esporádica, pontual e associada a realidades negativas e de sofrimento, quando o negro e o afrodescendente não se enxergam de forma positiva nesse espaço, onde sua importância não é proclamada na escola, as situações de racismo e preconceito ganham corpo e se fortalecem provocando situações de baixo rendimento, de evasão escolar e, conseqüentemente, maiores índices de analfabetismo entre a população negra:

Segundo o Censo escolar de 2007 a distorção idade-série de brancos é de 33,1% na 1ª série e 54,7% na 8ª, enquanto a distorção idade-série de negros é de 52,3% na 1ª série e 78,7% na 8ª. Entre os jovens brancos de 16 anos, 70% haviam concluído o

ensino fundamental obrigatório, enquanto que os negros, apenas 30%. Entre as crianças brancas de 8 e 9 anos na escola, encontramos uma taxa de analfabetismo da ordem de 8%, enquanto que dentre as negras essa taxa é de 16% (PNAD/IBGE, 2007. In. Orientações Básicas das Modalidades e Diversidades Educacionais para os Profissionais da Rede Estadual de Ensino do Estado do Maranhão. P.12, 2010)

Nesse sentido, me parece exemplar a seguinte passagem do conto africano “Escurecimentos e Descobertas no Tronco do meu Imbondeiro, de Cristiane Sobral:

À noite, em casa, liguei a tevê, mas nem nas novelas, que são obras de ficção, a coisa muda. Ainda temos um número de negros na tela que não reflete a quantidade nem a qualidade do que tem feito a população negra neste país. Ainda somos representados por meio de estereótipos. Meio triste, liguei o “Playstation”, para jogar um “game” onde piloto um “mega” carro de Fórmula 1 e quando conquisto a vitória apareço no pódio caracterizado como o personagem que escolhi, negro, estourando uma garrafa de champanhe. Escolhi esse personagem depois que conheci e comecei a torcer pelo inglês Lewis Hamilton, piloto de Fórmula 1 que conquistou muitas vitórias pela McLaren. Depois dessa dose de realidade virtual, ainda meio sem lugar, eu me tranquei no quarto para ouvir a minha velha e boa música negra e não quis papo com ninguém. (...) Como é que o senso comum pode tratar como questão das minorias a desigualdade racial brasileira, justamente no país com a maior população negra fora da África?” (Contos Afros. pp. 29,30 e 31).

A Lei 1.0639/03 foi sancionada em 9 de Janeiro de 2003. Sancionada como consequência das muitas lutas do Movimento Negro em prol da educação. Entendo que é oportuno e necessário criar estratégias e ações que possibilitem a aplicação da referida Lei nos projetos da escola, nos currículos escolares e que a História da África passe a fazer parte da vida escolar atendendo a um objetivo maior que é a formação para a Cidadania. O cumprimento da Lei 10639/03 implica no respeito às diferenças e à diversidade cultural tão presentes no nosso cotidiano. A Lei 10639/03 é uma conquista do Movimento Negro e deve ser uma extensão de nossa luta enquanto educadores e formadores de uma nova geração. Uma geração consciente de suas raízes étnicas, das contribuições socioeconômicas, política e cultural dos negros e dos afrodescendentes para nossa sociedade brasileira.

Toda iniciativa isolada ou pontual, trabalhos culturais por ocasião de datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra, iniciativas com o objetivo de valorizar e dar um pouco mais de visibilidade colocando em evidência aspectos da Cultura Africana e dos Afrodescendentes, são fatores positivos, mas que se não acontecem de forma sistematizada, contínua, podem comprometer inclusive a força da proposta da Lei, visto que a mesma vai muito mais além, porque diz respeito a uma obrigação de incluir no currículo da escola uma Ação Pedagógica no sentido de construir uma sociedade consciente de sua realidade e diversidade cultural. A aplicação da Lei diz respeito, ainda, de um processo de

mudança de postura que combata o racismo, o preconceito, a discriminação e a ideologia que prega a idéia de uma cultura branca universal, e que reforça uma suposta cordialidade racial no Brasil, responsável por um racismo velado que habita o imaginário coletivo da população brasileira.

É papel da escola atuar, de forma sistemática, e num esforço coletivo com toda a comunidade escolar, no sentido de resgatar a História da África, a dignidade de seus sujeitos e a importância de sua herança cultural para a constituição e formação do povo brasileiro. Para tanto temos que buscar estratégias que levem a uma mudança de atitude possibilitando uma situação de empoderamento por parte dos que são excluídos por questões de cor da pele e de etnia ou, até mesmo, por um desconhecimento e uma ignorância coletiva sobre o continente africano, o que acarreta em sérios equívocos, preconceito e discriminação e os mais diversos tipos de agressão.

"(...) O ato de educar implica uma estreita relação entre as crianças, adolescentes e os adultos. Essa relação precisa estar pautada em tratamentos igualitários, considerando a singularidade de cada sujeito em suas dimensões culturais, familiares e sociais. Nesse sentido, a educação das relações étnico-raciais deve ser um dos elementos estruturantes do projeto político pedagógico das escolas." (Orientações Básicas Das Modalidades e Diversidades Educacionais Para os Profissionais da Rede Estadual de Ensino - Estado do Maranhão, 2010, p12).

Durante muito tempo a História foi contada a partir do ponto de vista de uma camada privilegiada em detrimento de uma maior parte: os excluídos. Infelizmente a História da Humanidade, foi por muito tempo, o reflexo da visão que um determinado grupo teve dessa mesma humanidade, dos diversos grupos e culturas.

A fim de perpetuar seus valores, as sociedades que obtinham a hegemonia política e econômica do mundo, em sua maioria eurocêntricas, fizeram questão de construir uma imagem obscura das outras sociedades. As sociedades africanas podemos afirmar e confirmar, foram as que mais sofreram com o ideal eurocêntrico. A África foi “inventada” a partir dos interesses políticos e econômicos do Continente europeu...

A relação África e sociedades eurocêntricas era bastante contraditória; teoricamente o povo africano era visto com desprezo pela intelectualidade européia. Contudo os seus bens e riquezas não eram desprezados, não eram rejeitados, e eles mesmos – os africanos – não o eram em situações que convinham aos europeus (basta lembrar o que foi a diáspora africana, a escravidão negra na América e no Brasil).

Muitas vezes, nesse processo, a História desses povos (colocados numa condição de subalternidade e destacadamente os povos subsaarianos) aparece de forma estereotipada, folclorizada, caricaturada. Cria-se, enfim, uma imagem negativa tão fundamentada e sólida

que é legitimada e “aceita” como verdade. A superação e desconstrução dessa ideia torna-se um desafio para nossa sociedade de modo geral e para a escola um desafio específico e particular.

Por serem apresentados na sociedade como algo natural, os atributos negativos referentes aos negros abafam sua identidade positiva. Dessa forma o africano e, conseqüentemente, o afrodescendente, por muito tempo teve a construção de sua identidade atrelada a uma história distorcida do seu continente de origem, às representações impostas por uma classe dominante, por uma cultura branca, européia, que se impôs como única e universal... Por isso não é raro, negros e negras negarem sua etnia como fator de ascensão social, assumindo valores da cultura branca dominante. Contudo, essa atitude de negação de nada auxiliou quanto à sua imagem social, ao contrário, sua cultura foi ignorada, transformada em folclore e seus costumes e crenças desrespeitados.

Diante deste contexto a escola deve assumir o seu papel de atuar, de forma coletiva e sistemática, no sentido de resgatar, promover e preservar a dignidade de todos os cidadãos e sujeitos sociais. É necessário e inadiável o início de um processo de mudança de postura. E como todo processo, esse processo de mudança deve ser uma questão de prática, de experimentação de muitos ou de todos. Um processo difícil, mas que tem que ser contínuo para ser duradouro, estável e produtivo. Necessário é, portanto, uma revisão das ações, do currículo, da maneira de trabalhar os temas propostos para que ocorra uma implementação da temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais no cotidiano da escola tendo em vista o caminho para a democratização da própria escola, da ampliação do direito de todos à educação, e do reconhecimento de outras matrizes de saberes presentes em nossa história, em nossa sociedade, em nosso dia a dia.

Hoje, percebemos que são múltiplos os objetivos de estudo e possibilidades de interpretação da História. Existem contradições, contrapontos, diferentes tipos de leituras e análises. A História consiste no inesperado, no imprevisível... Nem sempre esta visão mais crítica do estudo da História foi assim nos espaços escolares. Durante muito tempo, e até hoje em muitos aspectos e em muitos lugares, a História foi e continua sendo contada a partir do ponto de vista de uma camada privilegiada, branca, endinheirada e poderosa em detrimento de uma maior parte: os excluídos, os pobres, os negros, os dominados e escravizados.

A História "mal contada" ou contada a partir do ponto de vista da classe hegemônica criou uma imagem negativa e inferiorizada dos negros que para cá vieram e esse sentimento de inferioridade foi se solidificando nas relações ao longo do tempo, tornando essas relações cada vez mais perversas e cruéis. Por serem apresentados na sociedade como algo "natural"

apenas atributos negativos associados ao negro, os negros têm sua identidade cultural positiva abafada e colocada na invisibilidade. Basta para isso, analisar as propagandas e programas da grande mídia como aparece a imagem do negro e do branco e quais são, respectivamente, os papéis sociais assumidos ou atribuídos a cada um deles. Mera coincidência? Não. Não pode ser. E a superação desta realidade depende de um trabalho de desconstrução dessas ideias, dessa história. A escola não pode perder de vista a sua responsabilidade de informar e de formar multiplicadores de ideias e opiniões, de cidadãos preparados para contribuir para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre onde ser diferente jamais signifique ser melhor ou pior. A escola deve ter sempre à frente o objetivo de construir uma sociedade onde todos vivam em paz, reconhecendo-se como cidadão no sentido mais profundo da palavra, assumindo sua história, sua origem e sua identidade sem medo de constrangimentos ou quaisquer tipos de violência e injustiças.

4. CARACTERIZAÇÃO DO CONTEXTO ESCOLAR

A EMPMW, situada no Bairro Santa Maria, Belo Horizonte, Região Noroeste, onde atuo como professor de História desde 2004 possui boa infraestrutura, o que tem permitido o desenvolvimento de diversos projetos: Escola Aberta (aos domingos, com oficinas, futebol, espaço de lazer), Escola Integrada, Projeto "Pé na Estrada" (excursões para dentro e fora do município), Projeto de Intervenção Pedagógica (aula de reforço que são ministradas em regime de extra turno), Projeto "Férias na Escola".

Os alunos pertencem a uma camada social de baixa renda. A comunidade escolar enfrenta sérios problemas de ordem social e econômica: moradias precárias, desemprego, violência, disputa e brigas de bairros vizinhos e rivais por pontos de tráfico de drogas, famílias desestruturadas, etc. A maior parte da população é negra e afrodescendente.

Os espaços de lazer e sociabilidade na comunidade escolar são muito restrito e pouco atrativo para a população jovem. A escola mantém algumas parcerias com algumas instituições religiosas (Igreja Evangélica Smirna e Igreja Católica) no que diz respeito ao uso do espaço físico da escola em algumas ocasiões. A Escola Integrada, por sua vez, também utiliza alguns espaços dessas instituições religiosas. Há também um bom diálogo da Escola com o Posto de saúde.

O envolvimento da comunidade escolar, mais destacadamente das famílias dos alunos, é muito limitado apesar das iniciativas da escola: Festa da Família, Festa Junina, Assembléias, Projeto Escola de Pais, Reuniões, Campanhas de conscientização sobre prevenção e combate à Dengue, etc. Muitos pais só comparecem quando são convocados pela coordenação por motivos de indisciplina dos filhos ou nos dias marcados para a entrega dos Kits escolares. A presença dos pais em reuniões, assembléias e festividades promovidas pela escola está muito distante do esperado.

Atualmente a escola conta com aproximadamente 820 alunos matriculados, incluindo os alunos da UMEI (Unidade Municipal de Ensino Infantil), que é um anexo da escola. A escola possui três turnos de funcionamento: 1º, 2º e 3º ciclos (manhã e tarde) e três turmas de EJA no turno da noite.

A escola conta com 48 professores e duas pedagogas. A maior parte dos professores não mora no bairro onde a escola está situada, mas todos têm consciência do contexto socioeconômico da comunidade escolar o que possibilita identificar melhor as raízes das muitas dificuldades dos alunos no processo ensino e aprendizagem, de identificar também alguns problemas de relacionamento entre os alunos. Percebo que a escola se dedica bastante

para realizar um trabalho sério, focado na formação humana e profissional do aluno, para que ele exerça sua cidadania de maneira consciente, crítica e para que consiga conquistar um espaço digno na sociedade, com autonomia resgatando sua autoestima, sua autoconfiança.

A escola possui também um esboço de Projeto Político Pedagógico, que teve sua reelaboração em 2002 e elege como objetivo primeiro a formação para a cidadania, para a vida na sociedade de forma autônoma, para o mercado de trabalho cada vez mais seletivo. O texto ressalta que o aluno deve ser capaz de acompanhar e participar das inúmeras transformações que vêm ocorrendo ao longo das últimas décadas no campo da ciência, da informação cada vez mais veloz, o que implica na sua formação humana e escolar.

4.1 Público Alvo

O meu Plano de Ação Pedagógica teve como alvo, neste primeiro momento, uma turma da 2ª etapa do 3º ciclo, turma 825, do 1º turno. A turma é composta por 36 alunos: 17 alunos e 19 alunas. A média etária é 14 anos. A maioria dos alunos já está junto, fazendo parte do mesmo grupo, há mais tempo. Não há na turma grandes diferenças de idade, a disciplina e o rendimento são considerados bons pelos professores. O relacionamento entre eles é bom, apresentando poucos problemas disciplinares. Na sua maioria, os alunos são negros ou afrodescendentes.

5. OBJETIVOS

5.1 Objetivo Geral

Promover uma Cultura de respeito às diferenças étnico-raciais na EMPMW, combatendo dessa forma o racismo, o preconceito e todo tipo de discriminação ainda muito presente no ambiente escolar, através do conhecimento, estudo e divulgação da Lei 10639/03 nos mais diversos espaços da escola, nas atividades curriculares e/ou projetos extracurriculares.

5.2 Objetivos Específicos

- - Apresentar aos alunos de forma mais crítica, mais explícita e reflexiva, a História do Continente Africano, combatendo uma visão reducionista e cristalizada sobre a África, descobrindo e valorizando suas contribuições para a nossa diversidade cultural;
- -Conscientizar os alunos sobre a importância de Pesquisar e divulgar o acervo da biblioteca da escola com relação à literatura específica sobre a África e sobre a cultura africana;
- - Chamar a atenção dos alunos para a necessidade e urgência de reconhecer e respeitar a diversidade como um fator positivo, e repudiar toda e qualquer forma de preconceito e discriminação;
- - Estimular entre os alunos o diálogo constante sobre os problemas existentes em torno da diversidade, do racismo e da discriminação.

6. METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho de pesquisa e de intervenção pedagógica, procurei seguir uma metodologia que fosse ao mesmo tempo simples e eficiente. Uma metodologia que pudesse dar sustentação às nossas reflexões, possibilitando também, no decorrer do trabalho, um envolvimento dos alunos, despertando curiosidade sobre o tema proposto. Dessa forma, acredito preparar o terreno para uma nova realidade, uma realidade mais de acordo com o que é proposto e com o que acreditamos: um ambiente escolar onde a diversidade cultural, as diferenças étnicas não signifiquem jamais um empecilho para o exercício da cidadania e que o preconceito, a discriminação e o racismo possam ser combatidos de forma consciente, crítica, reflexiva eficaz e contínua.

A observação, a reflexão, o diálogo (debate de ideias) foram as estratégias que nortearam todas as etapas do Plano de Ação.

Para o desenvolvimento desse Plano, foi utilizado todo o mês de novembro e as duas primeiras semanas do mês de dezembro do ano de 2011. O Plano de Ação, os trabalhos realizados pelos alunos da turma 825, foi apresentado à comunidade escolar no dia 10 dezembro, último sábado letivo, dia já previsto no calendário escolar para Feira de Cultura. A turma 825 teve reservada uma das salas de aula para montar seus trabalhos referentes ao Plano de Ação. A comunidade escolar teve a oportunidade de apreciar e valorizar os trabalhos realizados pelos alunos: frases e ideias de combate ao racismo, mural sobre a importância e valorização da diversidade cultural e étnica, desenhos e apresentação de alguns instrumentos musicais de origem africana, o abecedário com temas africanos.

Para a parte teórica, os estudos em sala, a exibição de vídeos, a confecção dos trabalhos, análise dos questionários e a divulgação da Lei 10639/03 pelos espaços da escola, foram necessários 10 horas/aula. Além desses horários, utilizados na própria escola, os alunos desenvolveram trabalhos em pequenos grupos, em horários extra-turno, com o consentimento dos seus responsáveis legais e com a autorização da escola. Muitos trabalhos foram desenvolvidos no próprio lar, junto à família, como por exemplo, as respostas a um questionário elaborado por mim, para investigar a percepção dos alunos, no ambiente escolar, sobre situações de racismo, discriminação e preconceito, como eles lidavam com tais situações, e elaboração de textos, reflexões e comentários escritos, estudo e comentários sobre o livro *Ser Negro no Brasil Hoje*, de Ana Lúcia Valente, e sobre o conto africano *Escurecimentos e Descobertas no Tronco do Meu Imbondeiro*, de Cristiane Sobral.

Não foi feito nenhum registro aula a aula, dia a dia de todas as atividades. De modo geral o cronograma seguido aparece, dessa forma, em bloco, o que não compromete o entendimento e compreensão de todas as atividades desenvolvidas ao longo do Plano de Ação.

Ao longo do desenvolvimento das etapas os alunos da turma 825 passaram a ter uma visão mais geral do problema que existe em nosso dia a dia com relação a situações de preconceito e de discriminação por questões étnicas e raciais, por questões de diferenças fenotípicas e que muitas vezes nem são notados, porque são considerados “naturais” o que impede a percepção de suas consequências desastrosas e perniciosas...

Ficou bem evidenciado para todo o grupo envolvido que o nosso trabalho teria como foco, como objeto de estudo e reflexão, a cultura negra e suas contribuições para a formação e constituição do povo brasileiro e qual é a situação da maioria dos negros e afrodescendentes em nossa sociedade e em nossa escola de modo particular.

7. DESENVOLVIMENTO

O trabalho começou a ser desenvolvido na última semana do mês de outubro do ano de 2011, na EMPMW, no primeiro turno, com a turma 825, 2ª etapa do 3º ciclo. A culminância do Plano de Ação estava previsto para acontecer no dia 18 de novembro, às vésperas do “Dia da Consciência”, 20 de novembro. No entanto, graças a uma série de trabalhos ainda inacabados ou apenas no seu início, como a elaboração de cartazes, montagem de mural, elaboração de frases e ideias anti-racistas, elaboração de um abecedário com temas africanos, estudos e discussões em sala em torno dos objetivos propostos (conhecer melhor o Continente africano, sua História e sua contribuição para a nossa cultura, aspectos da Lei 10639/03 e a necessidade para uma mudança de postura com relação a atitudes de racismo, preconceito e discriminação tendo em vista uma Educação para as Relações Étnico-Raciais), todas essas iniciativas impossibilitaram a culminância do Plano de Ação no dia 18 de novembro como havia sido pensado inicialmente. Por outro lado, esse fato foi positivo: demonstração de empenho e de maturidade dos alunos da turma 825, diretamente envolvidos no Plano de Ação Pedagógica; o Dia da Consciência Negra não perdeu sua importância e, pelo contrário, foi lembrado de forma mais crítica: não basta apenas um dia para lembrar, valorizar e colocar em evidência os momentos de luta, de resistência à dominação; apenas um dia não pode ser suficiente para valorizar e respeitar nossas origens, nossa diversidade cultural e a cultura negra e afrobrasileira.

O desenvolvimento do Plano de Ação, na EMPMW, foi possível, também, graças a um esforço da coordenação do 1º turno, onde atuo como professor de História. Normalmente, entro nas salas de aula duas vezes por semana para cumprir minha carga horária. Tenho 8 turmas no Ensino Fundamental, num total de 16 horas/aula por semana. Duas aulas por semana com a turma 825, que esteve diretamente envolvida com o Plano de Ação, seria insuficiente para as orientações sobre a proposta de intervenção pedagógica, para a fundamentação teórica, apresentação dos objetivos aos alunos, para a concretização desses objetivos. Apresentei, então, a minha proposta de trabalho à coordenação pedagógica, e a partir daí ficou acordado com os alunos e com a coordenação que a partir da primeira semana de novembro, eu e turma 825 estaríamos focados nos objetivos propostos do Plano de Ação de Intervenção na Prática Pedagógica, considerando sua importância para toda a escola e para a sociedade de modo geral, uma vez que a mudança de postura e de atitudes com relação à diversidade cultural é uma necessidade e um dever para um efetivo e verdadeiro exercício da cidadania. Diversidade étnico-racial e cultural que deve ser cada vez mais conhecida,

respeitada e valorizada. Uma Educação para a diversidade identitária de todos e de cada um; uma Educação que contribua para o conhecimento (livre de estereótipos, de uma visão fragmentada e folclorizada) de nossas origens africanas, da História da África, de sua diversidade cultural e de sua importância para a formação e constituição do povo brasileiro.

7.1 Etapas do Projeto

1ª Etapa: Procurei provocar os alunos com um questionamento: Como percebemos a convivência, o relacionamento, no dia a dia da escola, entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com relação à diversidade cultural? Há uma valorização e um respeito às nossas origens africanas? Existem situações de preconceito, de racismo e de discriminação aqui em nossa escola, EMPMW? A partir desse questionamento procurei dar uma visão geral da proposta de trabalho, sobre o que conhecemos ou desconhecemos do Continente africano, da situação do negro hoje no Brasil, na nossa escola, sobre situações que promovem sentimentos de inferioridade.

2ª Etapa: Reflexão sobre o problema do racismo, do preconceito e discriminação: Quando e como acontecem, em quais situações? Atitudes racistas são sempre explícitas, ou podem ocorrer de forma disfarçada, veladas, escondidas por trás de brincadeiras, piadas, propagandas? Tais situações podem se esconder por trás de outras linguagens do nosso dia a dia, na escola, passando a ser consideradas como “normais”?

3ª Etapa: Estudo sobre aspectos da Cultura Negra, da diversidade cultural do Continente africano, de suas contribuições para a formação e constituição do povo brasileiro.

4ª Etapa: Estudo e reflexão crítica sobre a situação da maioria dos negros e afrodescendentes em nossa sociedade, e em particular, em nossa escola.

5ª Etapa: Questionário, conforme apresentado a seguir, com o objetivo de identificar o pertencimento étnico-racial dos alunos da turma 825 e também para saber como eles percebem as relações étnico-raciais na escola: se são harmoniosas, respeitadas ou se existem situações de discriminação, preconceito, racismo ou tratamento desigual entre alunos, professores e entre todos os envolvidos no cotidiano escolar e como eles (os alunos da 825) se comportam diante de tais situações.

Questionário respondido pelos alunos da turma 825:

- 1) Identificação:
 - a) Nome:
 - b) Sexo:
 - c) Idade:
- 2) Com relação ao seu pertencimento étnico-racial, você se considera:
() Preto () Pardo () Branco () Amarelo () Indígena
- 3) Partindo do princípio que a escola é o lugar da diversidade, quais são os principais problemas e/ou desafios que você encontra no dia a dia, no que diz respeito à convivência entre alunos, professores e funcionários da escola? Esta relação é harmônica ou você percebe alguma dificuldade ou desrespeito às diferenças? Pode dar algum exemplo?
- 4) Qual é o seu posicionamento diante de situações de preconceito/discriminação no ambiente escolar? Você se considera preparado para enfrentar essas situações? Como você lida com elas?
- 5) Você considera que a Questão Racial pode interferir na ocorrência de determinados conflitos e/ou dificuldades de relacionamento/rendimento/disciplina na escola? Por quê?
 - 5.1) Qual é o perfil dos alunos “bem-sucedidos” da escola? O fator racial, na sua opinião, contribui, ou interfere, com o sucesso ou insucesso escolar?

6ª Etapa: Visita agendada à Biblioteca da escola para um levantamento bibliográfico no que diz respeito ao Continente africano, sua diversidade cultural, sobre a Cultura Negra no Brasil, suas contribuições, sobre as questões levantadas: preconceito, racismo e discriminação racial.

7ª Etapa: Utilização, estudo e análise do seguintes livro: Ser Negro no Brasil Hoje, da autora Ana Lúcia Valente, Moderna, 1990, e do artigo: Africanidades Brasileiras: Esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos, da autora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, publicado na Revista do Professor, p.p, 26-30, Porto Alegre, Jan/Mar, 2003.

8ª Etapa: Utilização e exibição de DVDs do Kit A Cor da Cultura – Ministério da Educação e Cultura (MEC).

9ª Etapa: Exibição do Filme *Vista Minha Pele*, de Joel Zito Araújo e Dandara.

10ª Etapa: Leitura do Conto *Escurecimento e Descoberta no Tronco do meu Imbondeiro*, de Cristiane Sobral. In. *Contos Afros* – Editora Quilombhoje, 2009.

Contamos com a colaboração dos professores de Língua Portuguesa e Artes, que nos cederam alguns de seus horários de aula para a exibição de vídeos e documentários da coleção *A Cor da Cultura*, do Ministério da Educação, e o filme *Vista a minha Pele*, roteiro de Joel Zito Araújo e Dandara. A produção de alguns textos e trabalhos manuais foi realizada também durante os horários de aula de Artes e Língua Portuguesa.

À professora de Artes fiz a proposta, a pedido da própria turma 825, para que ela trabalhasse com eles questões referentes aos ritmos e sons de origem africana e afrobrasileira a partir da audição do CD “Gonguê” da coleção *A Cor da Cultura*. Proposta aceita. Desse intercâmbio interdisciplinar, surgiram alguns trabalhos: desenhos e apresentação de alguns instrumentos musicais de origem africana muito utilizados em nossos ritmos, em nosso dia a dia, em nossa cultura.

A professora de Língua Portuguesa também se envolveu bastante, orientando e acompanhado os alunos na elaboração de textos, comentários, frases de efeito para a divulgação de idéias antiracistas, contrárias a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação. Foi feito um trabalho de redação de frases e pequenos textos pelos alunos da turma 825 onde abordaram aspectos da Lei 10639/03, seus principais objetivos, sobre a existência do Mito da Democracia Racial que esconde uma dura realidade de preconceito e de inferiorização do negro e de sua cultura no Brasil, sobre o racismo escondido por trás das piadinhas e brincadeiras tão “naturais” no dia a dia da escola. Esse trabalho foi colocado num mural bem visível, no pátio da escola, e apresentado à comunidade escolar por ocasião da Feira de Cultura, no último sábado letivo, 10 de dezembro de 2011.

A partir dos estudos, comentários dos capítulos do livro *Ser Negro no Brasil Hoje*, de Ana Lúcia Valente, do Conto *Escurecimentos e Descobertas no Tronco do meu Imbondeiro* de Cristiane Sobral, dos vídeos e documentários da coleção *A Cor da Cultura*, do Ministério da Educação, e do filme *Vista a minha Pele* de Joel Zito Araújo, os alunos da turma 825 fizeram um paralelo com situações do cotidiano, que acontecem nos mais diversos setores da sociedade, no ambiente escolar, de situações vivenciadas por muitos deles. Alguns alunos se identificaram bastante com toda a situação mostrada e relatada na bibliografia básica acima citada. Todos os alunos passaram a admitir que ninguém nasce racista. Que a Educação, a

transmissão de idéias, a construção de valores e hábitos podem determinar o jeito de ser de cada um, o jeito de ver o mundo, de acatar como verdadeira e natural uma situação de desigualdade...

Ao longo do desenvolvimento do nosso Plano de Ação, nos encontramos diante de um desafio cada vez maior e urgente: desvendar e desconstruir hábitos, valores e posturas que justificam e naturalizam situações de racismo, neutralizando dessa forma uma consciência mais crítica da realidade marcada por tratamento desigual e preconceituoso. Se o currículo escolar não é neutro, se ele interfere na construção da identidade, na formação do sujeito social, a escola deve estar atenta no que ensinar, como ensinar, nos tipos de linguagens utilizadas no ambiente escolar. Partindo dessa reflexão sobre a importância e responsabilidade da escola na formação do sujeito desde o início de sua vida escolar, e porque o Brasil não seria o que é hoje se não fossem nossas origens africanas, foi dada a ideia de confeccionar um Abecedário com temas africanos e afro-brasileiros. Essa ideia não é inédita na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. A sugestão de confeccionar o Abecedário com temas africanos foi inspirada na bem sucedida experiência da E.M. Florestan Fernandes que já apresenta um trabalho continuado e efetivo no que diz respeito à aplicação da Lei 10.639/03. Esse ABC Afro foi confeccionado e sugerido pelos alunos da turma 825 às professoras da nossa escola que trabalham nos ciclos de alfabetização. Uma das alunas da turma 825 considerou essa iniciativa muito importante, porque segundo ela, “... se desde o início a criança, lá mesmo na UMEI, aprender a ler com um alfabeto com temas afrodescendentes, já começa a conhecer e dar valor às nossas origens, à diversidade cultural que existe no Brasil e na nossa escola. Começar desde cedo a ver que o nosso Brasil tem muito da África. Já é um grande passo para combater o preconceito e o racismo contra os negros; é um passo importante para um futuro sem ódio, sem discriminação” (R.A, 13 anos, turma 825, EMPMW).

Para o dia da Feira de Cultura, no último sábado letivo, a turma resolveu reproduzir em cartaz o Mapa De Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros. Este mapa faz parte do material didático proposto pela coleção A Cor da Cultura. O Mapa Civilizatório foi estudado em sala, comentado em um debate preparatório para a apresentação dos trabalhos na Feira de Cultura, já citada.

7.2 O que revelam as respostas dos alunos:

De acordo com o questionário, já citado na 5ª etapa do desenvolvimento, apresento, a seguir, algumas respostas e comentários dos alunos da turma 825 em dois blocos distintos. O primeiro bloco são respostas de alunos com pertencimento racial negro ou pardo. O segundo bloco trata das respostas dos alunos com pertencimento racial branco. As respostas dizem respeito às questões 3, 4 e 5 e, após analisadas em sala, foram apresentadas, num debate, promovido pelos alunos da turma 825, no auditório, para duas turmas da 2ª etapa do 3º ciclo, turmas 824 e 823 (antigas 7ª série), com a presença das coordenações pedagógica e de turno. O debate foi realizado nos dois últimos horários da sexta-feira, dia 25/11/2011, tendo como abertura a apresentação dos objetivos do Plano de Ação, feita por mim, logo em seguida foi exibido o filme “Vista a Minha Pele” que também foi bastante comentado ao longo da discussão.

a) Relatos de alunos que se identificaram como negros ou pardos:

“Há discriminação, apelidos que jogam a gente pra baixo. Na sala, durante a apresentação do filme, quando apagaram as luzes, para começar o filme, alguns ficaram gritando: "ninguém vai ver o W porque ele é preto..." Eu detesto esse tipo de brincadeira e por isso é que xinguei com um palavrão naquele dia." (W.M)

"Eu acho que alguns professores são preconceituosos. Acho que dão mais atenção aos que ficam na frente; o professor A. parece que não gosta muito de preto. A gente faz uma pergunta e ele parece que não liga muito. Se eu fosse igual a D, aposto que ele dava atenção." (L.P)

"A principal dificuldade e o meu maior problema é o desrespeito; por causa da cor da gente, existe sempre uma piadinha sem graça..." (I.T)

"Meu posicionamento diante do preconceito é de impaciência e raiva quando sinto que sou discriminado, mas mesmo assim deixo pra lá. Acho que não vale a pena brigar. Tem gente que briga, mas isso não adianta nada. Quem é discriminado uma vez fica sempre com medo. Lá em casa meu irmão já brigou na rua. Eu tenho medo de confusão." (I.T)

"Entre funcionários e professores não, mas entre alunos sim... Na semana passada uma aluna discutiu com outro por causa de apelido. Aí ela chamou o outro de preto encardido. Todos dois foram para a coordenação porque todos dois eram negros. Eu fico na minha e nem converso muito; só fico olhando". (Essa aluna, J. A, assume a identidade indígena).

"Diante de situações de preconceito e de discriminação eu prefiro deixar pra lá. Não me considero preparada para enfrentar. Acho que às vezes eu também tenho atitudes racistas, mas não é por mal. Outro dia, na aula de Educação Física, ouvi uns meninos gritando: "olha o racismo!" Mas eles estavam mesmo é levando tudo na brincadeira" (G.G)

"Existe sim. Muitas brincadeiras e piadinhas preconceituosas e maldosas. Fico muito triste e magoada. Acho que isso atrapalha meus estudos porque fico insegura. Meu conceito não é muito bom..." (A.L)

"Eu finjo que não é comigo. Lá em casa, minha mãe disse que se a gente ligar pra isso, pra esses apelidos racistas, é pior, é aí que eles vão ficar zoando a gente. Eu nem ligo se eu sou negra. Estou na escola é para ser alguém na vida." (C.F)

"Aqui na escola existe preconceito. Aqui mesmo na sala tem gente que se afasta dos outros porque se consideram melhores. Acho isso muito desagradável essa ideia de "boa aparência". Tem muita gente que é branca e não presta, que mexe com coisa errada. O importante é ser gente boa. Se quiser conversar comigo, tudo bem; mas se não quiser, deixo de lado. Ninguém é obrigado a gostar de todo mundo. O que manda é o respeito."(M.J)

"Aqui na sala o conceito é mais ou menos igual. Eu sou negro e tenho um bom conceito. Tem gente aqui que é branco e não tem bom conceito e até é colocado para fora de sala por causa de bagunça. Se a pessoa se esforçar, não importa se ela é negra ou branca. Eu acho que todo mundo é igual, mas tem gente que parece que gosta de achar que tudo é com ele. Gente fraca da mente." (L.B)

b) Relatos de alunos que se identificaram como sendo brancos:

"Gosto muito da escola. Aqui todos são tratados da mesma forma. O que acontece, às vezes, são brincadeiras de mau gosto. Mas isso existe em qualquer lugar. Não vejo muito preconceito aqui." (N.R)

"Existe preconceito sim. Infelizmente. Eu não aprovo e não acho isso legal e até chamo a atenção e pergunto pra pessoa se ela gostaria de sofrer com apelidos e gozações. A discriminação é uma coisa muito baixa." (H.S)

"A relação entre as pessoas é harmônica. Existem conflitos porque nem tudo é perfeito. Tem gente que apela `a toa. Eu me considero preparada para lidar com situações de preconceito porque não gosto de desrespeito e procuro fazer a minha parte. A questão racial não interfere nos estudos e nem nas amizades. Tenho muitos amigos que são negros e que vão bem na escola." (K.S)

"Eu não sou racista. Aqui na escola muitos alunos fazem brincadeiras de mal gosto. Se fosse comigo eu nem ligava. Mas se é preconceito é horrível mesmo." (C.E)

"Eu concordo que a questão racial pode interferir no rendimento. Às vezes as pessoas julgam as outras pela aparência e não pelo que a pessoa é de verdade. Tem gente que acha que a pessoa é bagunceira só porque ela é negra. Já ouvi isso muitas vezes. Isso prejudica o seu aprendizado porque a pessoa fica "marcada" para sempre." (A.V)

"Eu acho que uma pessoa branca é racista se, por exemplo, não quiser "ficar" com uma pessoa negra. Eu já "fiquei" com um menino aqui na escola que é negro. Não tem nada a ver. A cor da pele não mostra o caráter. Se a pessoa quiser vencer na vida não importa se é negra ou branca. O que vale é o caráter." (N.I)

"Entre os alunos há preconceito. Os professores e os funcionários são legais. Só o "tio" da portaria é que tem um jeito um pouco de racista. Já ouvi ele contando piadinhas sem graça, e até chamando os outros de "branquelo" ou "barata descascada". Ele fala na gozação, mas tem gente que leva a sério e não gosta... Todo mundo merece respeito. Se alguém chamar ele (o porteiro) de cabelinho deitado ele acha ruim." (P.D)

"Meu colega é negro, mas eu acho que ele é racista. Ele também coloca apelido nos outros, chama a P. de múmia porque ela tem umas manchas no braço. Ela não liga porque ele costuma brigar depois da aula e bater nos outros. Eu acho que isso é covardia, é racismo."
(V.D)

Todos os comentários e respostas dadas às entrevistas foram comentados e debatidos tendo em vista a necessidade de muitos esclarecimentos para uma possível mudança de postura, de ideia, de comportamento. Muitos alunos, ao longo do debate, passaram a admitir que tinham atitudes racistas, mas não sabiam da gravidade de suas atitudes e nem sabiam que eram atitudes preconceituosas. Achavam que era normal, que eram brincadeiras sem maldade. O debate de ideias associado aos estudos e análise dos vídeos, documentários e textos foram essenciais para um novo olhar sobre a questão. A turma 825 considerou também que, se a Lei 10.639/03 fosse conhecida há mais tempo, muitos projetos como esse já teriam sido desenvolvidos em várias escolas e que muitas atitudes e situações de discriminação não existiriam tanto como existem hoje. Segundo eles, muito do que existe, em se tratando de preconceito, racismo, discriminação ou um sentimento de insegurança e inferioridade, é também fruto do desconhecimento, da ignorância, ou seja, da falta de informação.

Ao longo do debate surgiram comentários sobre o filme *Vista a Minha Pele*. O filme mostra o racismo de forma invertida, em que o branco é alvo de racismo pela sociedade negra. A menina Maria, personagem branca do filme, é tratada como inferior, incapaz, como uma “coitadinha”, porque é branca. Algumas falas foram registradas ao longo da discussão que agora passo a registrar como evidência do grande impacto que o filme teve na vida e na forma de pensar as relações sociais no ambiente escolar:

“O filme mostrou como a vida pode ser mais difícil para quem é rejeitado por ser pobre ou por ser diferente da maioria. A pessoa é humilhada, é chamada de feia e incompetente... Isso é muito errado, é triste e revoltante. Tá errado, tem que mudar” (L.B).

“No filme o pai da Maria acha normal os brancos serem pobres. Ele também acha que os brancos são pobres porque não se esforçam. Mas isso é só no filme. Na vida real o que acontece é o contrário. Tem gente que acha que é o negro é que tem mania de perseguição, que se faz de vítima, que não se esforça, que todos são tratados da mesma maneira. Se você perguntar a uma pessoa se ela é racista, ela nunca vai falar que é. Mas muita gente não aceita

o que pensa diferente. Por que os negros são os mais pobres? É só olhar que a gente vê isso em todo canto...” (L.P)

“Quem é branco e é racista, que tem preconceito de cor, pode ver no filme um pouco do que a gente sente. Eu não sou bobo e vejo que tem gente que me trata bem mas me trata com um jeito diferente porque eu sou negro. Parece que tem uma desconfiança ou que está com dó de mim. A gente fica até inseguro e pensando se vai conseguir alguma coisa boa na vida. Tem preconceito. Se no filme é triste, na realidade é muito pior. Só quem sente é que sabe”. W.M).

É notório, ao analisar esse momento do Plano de Ação, o quanto os alunos se apropriaram de conceitos antes nunca vistos, conhecidos ou estudados, como por exemplo, a ideia do Mito da Democracia Racial. Começam a perceber (e isso podemos comprovar através das respostas às entrevistas, e comentários que surgiram no debate acima citado) que existe mesmo um discurso social que tenta “aliviar” a tensão entre o real e o imaginário. O discurso da democracia racial pretende esconder os conflitos raciais existentes, a situação de subalternidade do negro com os trabalhos considerados mais pesados, humildes e mal remunerados. O Mito da Democracia Racial transfere a “culpa” para o próprio negro: “As oportunidades existem igualmente para todos, os negros e os afrodescendentes é que não se esforçam, são acomodados; quando eles se valorizarem mais terão mais oportunidades”.

Colocar a situação de preconceito e de discriminação na invisibilidade é impedir ou dificultar muito um movimento de luta consciente e organizado de combate o racismo, preconceito e discriminação. Lutar contra um inimigo “invisível” é mesmo difícil... O Mito da Democracia Racial tenta encobrir as dificuldades enfrentadas pela população negra e afrodescendente numa sociedade onde a classe branca é privilegiada, eleita como superior, de acordo com uma visão européia muito divulgada e reforçada ao longo da História de nosso Brasil, fazendo parte, hoje, do imaginário coletivo de muitas pessoas.

O filme “Vista Minha Pele” aborda todas essas questões mostrando o quanto é doloroso a situação de racismo. Ele expõe as consequências sociais e psicológicas, a negação da própria identidade como meio de ascensão social, o abandono dos estudos e da escola devido a uma linguagem que rejeita o que é considerado diferente, atitudes paternalistas, fruto também do suposta democracia racial, que escondem situações de injustiças, que tentam mascarar a realidade.

8. AVALIAÇÃO

Ao longo do desenvolvimento das etapas do Plano de Ação, os alunos da turma 825 passaram a ter uma visão mais crítica do problema que existe em nosso dia a dia com relação a situações de preconceito e de discriminação por questões étnicas e raciais, por questões de diferenças fenotípicas.

Ficou bem evidente para todo o grupo envolvido que nosso trabalho teria como foco, como objeto de estudo e reflexão, aspectos da cultura negra e suas contribuições para a formação e constituição do povo brasileiro buscando conhecer também a situação da maioria dos negros e afrodescendentes em nossa sociedade e em nossa escola de modo mais específico. Ao final do Plano de Ação todos compreenderam a necessidade e urgência de conhecer, ver e enxergar o quanto muitos homens e mulheres vivem na invisibilidade por questões étnicas e culturais. Compreenderam a grande responsabilidade que temos para uma mudança de postura e de atitude, tendo em vista uma sociedade realmente democrática e um ambiente escolar mais justo onde o respeito às diferenças seja sempre uma realidade, onde todos recebam um tratamento igual e que tenham acesso a todas as oportunidades.

O trabalho desenvolvido possibilitou uma nova visão ou uma visão mais crítica acerca das nossas origens, da formação e constituição do povo brasileiro, da realidade de racismo e de preconceito tão presentes em nossa sociedade e em nosso ambiente escolar. Eu, professor de História, sinto o quanto minha prática esteve muito distante de todas essas questões; o quanto fui omissos, muitas vezes, por despreparo e desconhecimento, diante de situações onde o racismo era colocado em evidência. Vejo, principalmente a partir do desenvolvimento deste Plano de Ação o quanto devo mudar para compensar tantos anos de injustiças e esquecimentos, garantindo a igualdade de tratamento e de oportunidade, possibilitando o conhecimento e consciência acerca das raízes étnicas africanas, como, aliás, determina a Lei 10639/03. Aos poucos, eu e os alunos da turma 825 fomos percebendo que estava acontecendo alguma coisa espetacular: um desvelamento daquelas ideias que naturalizavam uma realidade de injustiça e preconceito. O Plano de Ação conseguiu mostrar o quanto o racismo e o desconhecimento da História da África e de nossas origens africanas podem contribuir para a formação, muitas vezes acanhada, da personalidade de milhões de brasileiros que sofrem, porque têm sua origem e cultura negadas por uma ideologia que impõe como padrão uma cultura branca, endinheirada e européia.

Um novo olhar foi aos poucos surgindo com as questões levantadas sobre o Continente Africano, berço da humanidade, sobre sua diversidade cultural e suas

contribuições para que o Brasil fosse o que ele é hoje: um país diverso, com uma enorme riqueza cultural percebida nos seus ritmos, nos aromas e gostos, nas suas cores, no vocabulário, na beleza ímpar de seu povo, na ginga, nas crenças e no seu espírito de resistência e de luta!

Os alunos se envolveram no trabalho de pesquisa demonstrando um interesse crescente à medida em que foram redescobrendo uma África muito mais próxima de cada um e de todos em vários momentos de nossa vida, de nossa História e do nosso dia a dia!

A reflexão sobre a questão identitária de cada um apareceu de forma bem destacada ao longo do projeto. Os alunos foram se identificando com diferentes situações apresentadas nos textos, livros, documentários e no filme *Vista Minha Pele*. Toda essa situação gerou, naturalmente, outras reflexões acerca do racismo, do preconceito, da discriminação, da violência e injustiças. Foi ficando cada vez mais claro para todos a necessidade de combater essas posturas racistas e preconceituosas através da informação, do conhecimento das nossas origens.

A Lei 10.639/03 foi apresentada aos alunos. Fizemos um comentário breve da importância e do impacto social da Lei. Procuramos mostrar o quanto tem sido feito e o muito que ainda precisa ser feito. Todos compreenderam o quanto é urgente a implementação e cumprimento da Lei 10.639/03 para que haja uma possibilidade real e factível de uma sistematização do estudo da História da África e da Valorização da Cultura Africana e dos afrodescendentes no currículo escolar.

Com desenvolvimento do Plano de Ação, percebemos também certa mudança de atitudes e comportamentos. Os alunos passaram a ficar mais atentos às brincadeiras de mal gosto e preconceituosas, passaram a chamar a atenção dos colegas e a comentar fatos do dia a dia associados à discriminação. Fatos que antes eram vistos como normais, comuns. Essa atitude de vigilância e de uma consciência mais crítica é uma grande conquista, um fator que promove uma elevação da estima ou uma positividade da própria identidade, promove a autonomia e o exercício da cidadania.

O impacto do projeto foi muito significativo. Os professores também avaliaram como um fator positivo e perceberam, inclusive, o entusiasmo dos alunos quando diziam do projeto, dos trabalhos que estavam realizando. Perceberam que até o comportamento dos alunos apresentou uma melhora. Os alunos que estiveram envolvidos diretamente no trabalho se sentiram muito valorizados e têm uma expectativa para que o trabalho continue acontecendo nos próximos anos, que a Lei 10639/03 continue sendo trabalhada e divulgada por todos.

Acredito que esse Plano de Ação, de intervenção na prática pedagógica, foi um grande passo para uma longa caminhada que iniciamos.

O trabalho foi positivo. No entanto, temos a consciência de que muito do que foi feito e apresentado está ainda distante para uma verdadeira e substancial mudança. Apontamos possibilidades que ainda encontram resistência por parte de alguns professores, principalmente no que diz respeito a um trabalho contínuo, sistemático e interdisciplinar, com o objetivo de criar estratégias que promovam uma reorganização curricular dada a urgência de trabalhar de maneira coletiva as questões ligadas ao Continente Africano e Africanidades Brasileiras. Consideramos que é um dever, um ato de cidadania fazer cumprir a Lei 10.639/03. Lei que promove uma reparação em relação ao silenciamento do tratamento da temática no currículo escolar e uma valorização da diversidade cultural que existe em nosso país, em nossa escola, em nosso dia a dia, em nosso jeito de ser e de viver.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo a escola um espaço privilegiado de formação e informação, de vivência e convivência, ela deve assumir cada vez mais sua responsabilidade com relação ao problema colocado: a diversidade cultural muitas vezes desrespeitada, a educação escolar e suas implicações.

A implementação da Lei 10639/03, a criação de estratégias para o estudo, valorização da História da África e do seu legado para nós, o combate ao racismo, preconceito e discriminação, tudo isso, só será possível de fato a partir da conscientização coletiva, de um trabalho sistemático, processual. Esse trabalho e processo de conscientização devem extrapolar, naturalmente, o espaço escolar. Mas, por outro lado, é dentro desse espaço escolar, é a partir da escola, que podemos atingir um número cada vez maior da sociedade, de diversas famílias. É na escola que uma nova sociedade e consciência se formam. Esse trabalho e processo de conscientização devem também extrapolar o espaço escolar, na medida em que estudar sociedades e culturas historicamente excluídas requer um olhar crítico não somente para os livros didáticos, no dia a dia dos alunos e professores dentro da instituição escolar, mas também para os nossos lares, nossos valores religiosos, nossa educação familiar, para nossas relações sociais dentro e fora da escola e, principalmente, como somos, estamos e nos portamos diante dessa sociedade excludente. Portanto, a escola enquanto uma instituição-chave para a formação do cidadão consciente tem o papel de detonar esse processo de desvelamento e de desconstrução da ideia de que no Brasil não existe discriminação, que todos têm a mesma oportunidade independente da cor da pele. A escola deve assumir o seu papel: formar multiplicadores sociais num movimento contínuo de desconstrução e de construção. A escola deve, para tanto, exercer e criar formas factíveis para que todos exerçam a cidadania começando por cumprir e fazer cumprir a Lei 10639/03 dando um grande passo para desnudar uma realidade encoberta pelo Mito da Democracia Racial no Brasil. Mito que encobre um racismo por uma diferença fenotípica, de cor. Mito que prega uma suposta igualdade de condições para todos independente da cor da pele, que inculca nas pessoas que o negro quando é pobre e vivendo em condições subalternas é porque não se esforçou para conseguir uma vida melhor e que no Brasil todos têm as mesmas oportunidades basta "correr atrás" que o fato de ser negro ou branco não interfere em nada. No entanto, a realidade nos mostra outra face:

É fácil observar que muitos negros trabalham como empregados domésticos. A associação entre ser negro e ser empregado doméstico é tão imediata que muitas donas-de-casa negras já ouviram, de pessoas que bateram à sua porta, a pergunta: "A dona da casa está?" A linha de cor passou a se confundir com a linha de posição social, de classe. Em outras palavras, a maioria dos negros passou a ocupar as mais baixas posições na sociedade. Hoje, a maioria dos negros é pobre. É verdade que existem brancos nas mesmas condições, porém, a "classe privilegiada" é constituída por brancos. "Por isso, dizer que no Brasil o que existe é preconceito de classe e não racial (de cor) é outra tentativa de mascarar a questão. (VALENTE,1990)

Nossa formação universitária para a prática docente (cursos de licenciatura) fez-nos habitar um mundo em que o que interessa são os programas "oficiais" tradicionais, tecnicistas, universais de ensino, os conhecimentos por disciplina e os pontos/conceitos obtidos em cada uma delas.

Diante da constatação histórica de um quadro de exclusão escolar e social por questões étnicas, diante de um desconhecimento da História de nossos ancestrais africanos e da dificuldade que temos em trabalhar assuntos relacionados ao Continente Africano, o coletivo da escola deve assumir seu papel de formar cidadãos para uma sociedade livre e democrática, que respeita e valoriza suas origens étnicas e sua diversidade cultural. Portanto, a escola deve enxergar e assumir a educação escolar para além da proficiência, da competência. A escola precisa encontrar meios e estratégias suficientes que promovam a valorização da diversidade cultural tão presente no espaço escolar, promovendo e buscando a valorização de saberes e histórias até então deixados de lado ou estudados e mostrados de forma superficial e fragmentada: a História da África presente nos mais diversos aspectos de nossa vida e cultura.

Pretendemos uma educação escolar, uma comunidade escolar formadora porque acreditamos que não é possível dissociar o indivíduo do seu mundo social, de suas origens, de seus saberes, de sua cultura. Pretendemos uma sociedade que não agrida as diferenças através de uma hierarquização de valores culturais. Isso não pode ser mais possível!

Considero que o presente trabalho, que a realização desse Plano de Ação desenvolvido de forma reflexiva e crítica junto aos alunos da EMPMW, foi uma excelente oportunidade para desconstruir conceitos que justificavam e naturalizavam atitudes racistas e preconceituosas presentes no ambiente escolar. O impacto do projeto foi muito positivo e nos levou a um questionamento sobre o fazer pedagógico, sobre as relações humanas no espaço escolar e sobre o papel da escola e de sua responsabilidade na formação de uma sociedade mais crítica e democrática, mais respeitosa e consciente com relação às diferenças étnicas e culturais.

Reconhecemos que o desenvolvimento desse estudo, desse projeto, não pode ser limitado a apenas alguns meses durante o ano letivo, mas deve ser fruto de um trabalho

sistemático de combate ao racismo, ao preconceito e a todo tipo de discriminação. Um processo de formação que objetiva uma nova cultura escolar onde a ideia de igualdade de direitos não seja mascarada pelo mito da democracia racial.

O processo de vivência e formação não é restrito ao mundo intelectual ou tampouco a uma intelectualidade exterior ou ainda à tradição. Essa aproximação, essa atitude reflexiva, favorece uma prática que deve ser partilhada, refletida, enriquecida, construída e reconstruída, sempre levando em conta a diversidade de saberes, promovendo o respeito às diferenças e dissolvendo das relações humanas todo e qualquer tipo de agressão por questões étnicas ou fenotípicas.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Maria Iris da Costa. GOMES, Nilma Lino. SANTOS JORGE, Míriam Lúcia. **Literaturas africanas e afro-brasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, UFMG, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: CNE/CP 3/2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas Públicas. **A Cor da Cultura – Kit Complementar**. Brasília: MEC, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do Silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo/SP: Contexto, 2003.

FREIRE, Paulo. **Conscientização. Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução Ao Pensamento de Paulo Freire**. São Paulo/SP: Cortez & Moraes, 1979.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 17-30.

GOMES, Nilma Lino. A Questão Racial na Escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10639/03. In.: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera. **Multiculturalismo, diferenças e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 67-89.

ORIENTAÇÕES BÁSICAS DAS MODALIDADES E DIVERSIDADES EDUCACIONAIS PARA OS PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO. Estado do Maranhão, Secretaria de Educação do Estado do Maranhão, Secretaria Adjunta de Ensino, Superintendência de Modalidades e Diversidades Educacionais. São Luís, MA, 2010, p.12.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Africanidades brasileiras: Esclarecendo significados e definindo procedimentos pedagógicos.** In.: Revista do Professor, Porto Alegre, p.p, 26-30, Jan/Mar, 2003.

SOBRAL, Cristiane. Escurecimentos e Descobertas no Tronco do meu Imbondeiro. IN: **Contos Afros.** BARBOSA, Márcio (org.), São Paulo/SP: Quilombhoje, 2009.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. **Ser Negro no Brasil Hoje.** São Paulo/SP: Moderna, 1990. 6 ed. *Coleção Polêmica*